

MEI: um estudo sobre os obstáculos que afetam os contribuintes do regime

Caio Henrique Andreia¹

Kethellyn Rayane da Silva Correia²

Vilma Aparecida Frois Lima Alves³



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença

Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

 <https://doi.org/10.32459/2447-8717e370>

Recebido: 17-04-2025 | **Aprovado:** 29-04-2025 | **Publicado:** 12-03-2025

Resumo: A categoria de empresas classificadas como Microempreendedor Individual (MEI) compõe diversas empresas no Brasil, impulsionadas pela simplificação do processo de formalização e benefícios previdenciários. Contudo, muitos empreendedores enfrentam dificuldades em lidar com problemas contábeis, financeiros e fiscais devido à falta de conhecimento, podendo gerar problemas futuros. Neste sentido, o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), uma iniciativa da Receita Federal, tem grande importância na comunidade, ao orientar gratuitamente o contribuinte sobre questões contábeis e fiscais. Este estudo analisou, as principais dificuldades enfrentadas pelos MEIs após a sua formalização, e como o NAF tem ajudado a superá-las. Foram analisados 34 formulários, preenchidos por contribuintes que obtiveram ajuda do NAF no ano de 2024, revelando que a falta de conhecimento fiscal, complexibilidade das regulamentações e a ausência de suporte adequado são os principais desafios. Conclui-se que é crucial a implementação de políticas públicas que considerem esses desafios para promover não apenas a formalização, mas também o desenvolvimento sustentável dos MEIs.

Palavras-Chaves: Núcleo de Apoio Contábil-Fiscal - NAF. Microempreendedor Individual - MEI. Formalização.

¹ Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU Contato: caioandrela@gmail.com

² Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU Contato: kethellynr8@gmail.com

³ Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU Contato: vilma.frois@fmu.br

Introdução

O surgimento e o crescimento dos Microempreendedores Individuais (MEIs) no Brasil representam um marco histórico, oferecendo uma nova forma de ingresso no mercado formal. Amparados pela Lei Complementar nº 128/2008, esses empreendedores legalizaram seus pequenos negócios e garantiram benefícios antes inacessíveis. No entanto, enfrentam desafios que, se não resolvidos, podem comprometer a viabilidade de seus empreendimentos.

Conforme a adesão a esse regime se expande, grandes pensadores e cientistas se preocupam em prever quais os pontos que poderiam afetar diretamente os Microempreendedores Individuais a ponto de provocar uma pane no mecanismo de seu empreendimento. O especialista em empreendedorismo José Dornelas, enfatiza em uma de suas obras que “É oportuno, portanto, um estudo mais profundo a respeito do conceito de empreendedorismo, tendo em vista que a maior parte dos negócios criados no país é concebida por pequenos empresários, que, nem sempre, possuem conceito de gestão de negócios e atuam geralmente de forma empírica, e sem planejamento. Isso se reflete diretamente no índice de mortalidade dessas pequenas empresas, que, historicamente, superavam os 50% nos primeiros anos de atividade” (Dornelas, 2021, p. 3).

Esse dado revela a importância de investimentos contínuos em capacitação e educação empreendedora, principalmente voltados ao público que ingressa no mercado formal por meio do MEI. Muitos empreendedores iniciam suas atividades sem um plano de negócios estruturado, desconhecendo práticas básicas de controle financeiro, marketing e gestão. Tal lacuna pode comprometer a sustentabilidade de seus empreendimentos, principalmente diante de crises econômicas ou mudanças no comportamento do consumidor. Assim, torna-se urgente o fortalecimento de políticas públicas e iniciativas privadas que ofereçam suporte técnico e orientação aos MEIs, desde o processo de formalização até a manutenção regular de suas obrigações fiscais e contábeis.

Em seu trabalho de conclusão do curso (Ka Pinto, 2023) procurou se aprofundar na relação dos pequenos empreendedores com seu negócio, mais especificamente quais as vantagens e desvantagens que esses pequenos empreendedores encontravam sendo MEIs. A pesquisa pode apurar que para pessoas com DNA empreendedor o MEI possui maiores pontos positivos que negativos, e o ponto negativo com maior recorrência entre os entrevistados era o acúmulo de trabalho que esses microempreendedores enfrentavam, pois

além de gerirem seu negócio como MEI ainda prestavam serviço para outra pessoa/empresa, o que por vezes acarretava deixar de lado as obrigações com seu CNPJ.

Além das questões estruturais e operacionais, outro aspecto frequentemente negligenciado é a saúde mental e o bem-estar do microempreendedor. A sobrecarga de funções, a pressão por resultados e a insegurança financeira constante podem acarretar consequências negativas para a saúde desses profissionais, afetando diretamente o desempenho de seus negócios. Essa realidade reforça a importância de estratégias integradas que envolvam não apenas aspectos técnicos e jurídicos, mas também ações voltadas ao equilíbrio emocional e à qualidade de vida dos MEIs.

Utilizando do método qualitativo, a pesquisa de Farahun e Rabelo (2021) teve como base caracterizar as dificuldades e desafios do Microempreendedor Individual durante a pandemia do COVID-19, e conforme os resultados apresentados, notou-se um aumento na formalização de pequenos negócios, e tal fato se deu por profissionais que temiam a instabilidade no mercado de trabalho. No entanto, esses mesmos profissionais, quando aderiram ao MEI, desconheciam as burocracias que envolviam lidar com um CNPJ.

Neste contexto, a presente pesquisa visa contribuir com um entendimento mais aprofundado acerca do Microempreendedor Individual (MEI) e descobrir **quais os obstáculos que afetam os contribuintes do regime.**

1 Referencial teórico

1.1 Núcleo de apoio contábil e fiscal (NAF)

Num país historicamente marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, iniciativas como o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) se mostram essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. O NAF é um programa desenvolvido pela Receita Federal do Brasil, em parceria com instituições de ensino superior, com o objetivo de oferecer orientação fiscal e contábil gratuita à população de baixa renda, aos Microempreendedores Individuais (MEIs), a organizações da sociedade civil e a pequenos produtores rurais (Brasil, Secretaria da Receita Federal, 2022). O acesso a esse tipo de serviço é, muitas vezes, o primeiro contato que esses públicos têm com o universo contábil e tributário, o que evidencia a importância do programa tanto no aspecto social quanto educacional.

Na Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), o NAF assume papel de destaque ao integrar teoria e prática no processo formativo dos alunos do curso de Ciências Contábeis. Os estudantes, sob a supervisão de professores e profissionais da área, atuam diretamente no atendimento ao público, oferecendo serviços como consulta fiscal, orientação para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), regularização cadastral, apoio na emissão de documentos e esclarecimento de dúvidas tributárias, especialmente para os MEIs. Essa experiência proporciona uma vivência concreta da aplicação dos conhecimentos acadêmicos, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e sociais. Além disso, a participação no NAF contribui para a formação de um contador mais sensível às demandas da sociedade e consciente do seu papel como agente transformador.

A metodologia adotada no atendimento prevê, ainda, a realização de pesquisas de satisfação junto aos contribuintes atendidos. Esse procedimento busca avaliar a qualidade dos serviços prestados, identificar oportunidades de melhoria e aprimorar a abordagem educativa adotada durante os atendimentos. Dessa forma, o NAF não se limita a oferecer auxílio pontual, mas visa também capacitar os usuários para que compreendam os processos fiscais e contábeis e possam replicá-los de forma autônoma no futuro. Esse aspecto educativo é um diferencial importante, pois rompe com a lógica assistencialista e estimula a cidadania fiscal e o empoderamento dos indivíduos atendidos.

Conforme destacado pela Receita Federal do Brasil, “o programa NAF é uma atividade complementar e não obrigatória na maioria das instituições de ensino superior, podendo ser atividade curricular e obrigatória no curso a qual esteja vinculado” (BRASIL, Secretaria da Receita Federal, 2022). Essa flexibilidade permite que cada instituição adapte a implementação do NAF à sua realidade acadêmica, respeitando a estrutura curricular vigente. No entanto, mesmo quando optativo, o programa tem despertado grande interesse entre os estudantes, justamente por seu potencial de unir responsabilidade social, formação profissional e compromisso com a comunidade. A relevância do NAF, portanto, transcende os limites da sala de aula, consolidando-se como uma ponte entre o conhecimento técnico e a transformação social.

1.2 Microempreendedor Individual (MEI)

Representando uma parte significativa das empresas no país, o MEI foi criado em 2008 pela Lei nº 128 para formalizar trabalhadores que atuavam sem amparo legal ou

segurança jurídica (Brasil, Redesim, 2018). A iniciativa buscou oferecer uma alternativa simplificada de ingresso na formalidade, com obrigações reduzidas e benefícios como acesso à previdência social e emissão de notas fiscais. Ao longo dos anos, o regime MEI passou a desempenhar papel relevante na promoção da inclusão produtiva, especialmente entre empreendedores de baixa renda e com pouca instrução formal. Nesse contexto, o Portal do Empreendedor MEI, desenvolvido pelo Governo Federal, tornou-se uma ferramenta essencial para auxiliar na gestão das obrigações do microempreendedor, oferecendo orientações práticas sobre abertura e encerramento de CNPJ, atividades permitidas, emissão de boletos de pagamento mensal (DAS) e regularização de pendências (Brasil, Serasa Experian, 2023).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) também se destaca no aperfeiçoamento contínuo do regime, com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na formalização da economia (Brasil, Sebrae, s.d.). Por meio de ações educativas, capacitações, consultorias e eventos, o SEBRAE atua como um importante elo entre os microempreendedores e o conhecimento necessário para a gestão eficiente dos negócios. Ainda assim, apesar dos avanços institucionais e do incentivo à formalização, diversos estudos apontam que os desafios enfrentados pelos MEIs são estruturais e exigem uma abordagem mais ampla e articulada por parte do Estado.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), embora o MEI tenha promovido a formalização de empreendimentos e ampliado o acesso à proteção previdenciária, persistem entraves significativos, especialmente no que diz respeito à renda gerada por esses empreendimentos e à sua sustentabilidade no médio e longo prazo (IPEA, 2023). A dificuldade em manter uma renda estável, a limitação de acesso ao crédito e a baixa capacidade de expansão dos negócios são alguns dos pontos críticos que comprometem a permanência do MEI no mercado formal, levando, muitas vezes, ao abandono do regime.

Durante a pandemia da COVID-19, os microempreendedores individuais foram especialmente impactados. As medidas de isolamento social, o fechamento temporário de estabelecimentos comerciais e a redução abrupta da demanda por produtos e serviços afetaram diretamente a receita dos pequenos negócios. Uma pesquisa realizada por Caluete (2022) destaca que muitos MEIs tiveram que adaptar seus modelos de negócios para sobreviver à crise econômica causada pela pandemia, recorrendo ao comércio digital, à mudança de produtos ou serviços oferecidos e até à diversificação de fontes de renda. Essa necessidade de reinvenção, embora tenha demonstrado a resiliência de parte dos

empreendedores, também evidenciou as fragilidades enfrentadas por aqueles que não contavam com estrutura, conhecimento técnico ou acesso a ferramentas digitais.

Além disso, mesmo após a formalização, a informalidade continua presente na realidade de muitos microempreendedores. Estudo de Lima e Torres (2021) aponta que a ausência de um acompanhamento técnico sistemático e de suporte contínuo contribui para que muitos MEIs retornem à informalidade após algum tempo de atividade. Isso demonstra que apenas formalizar não é suficiente para garantir a manutenção do negócio em conformidade com a legislação. É necessário que existam políticas públicas integradas que ofereçam orientação, acesso a mercados, crédito acessível e capacitação constante.

Diante desse cenário, embora o MEI represente atualmente a forma mais simples de formalização com CNPJ e tenha desempenhado papel importante na redução da informalidade no Brasil, é crucial investigar com profundidade as dificuldades enfrentadas pelos contribuintes que optam por esse regime. A identificação desses desafios é essencial para embasar propostas de políticas públicas mais eficazes, que considerem as reais condições sociais e econômicas desses empreendedores. Promover um ambiente institucional mais acolhedor e funcional para o MEI significa, sobretudo, investir na base da economia brasileira, valorizando a atuação de quem, mesmo diante de tantas adversidades, busca empreender, gerar renda e contribuir com o desenvolvimento local e nacional.

2 METODOLOGIA

A referida pesquisa é de natureza descritiva, com uma abordagem quantitativa. Os dados foram coletados através de um formulário contendo perguntas fechadas e abertas, e para a análise foi utilizado a estatística descritiva.

Conforme Apolinário (2011, p. 147), é a “pesquisa na qual o pesquisador limita-se a descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas”. Para Ramos (2009, p. 183), “a pesquisa descritiva pode ser confundida com a exploratória, mas diferencia-se desta por dar maior importância à descrição do processo em que as variáveis se relacionam”.

No que diz respeito ao formulário utilizado como ferramenta de coleta de dado, o autor Matias-Pereira (2016, p. 159) explica que o “questionário é um instrumento no qual está contido um elenco de perguntas organizadas, que devem ser respondidas por escrito pelo entrevistado, tendo como objetivo adquirir informações sobre o objeto de estudo”. Já para Dias (2012, p. 207), “O questionário é o conjunto (e não um conjunto) de perguntas

que refletem as informações ou dados buscados pelo pesquisador”. Ainda sobre o questionário e objetivos da pesquisa, Dias (2012, p. 211) diz que “o pesquisador deve saber exatamente qual informação quer. Quanto mais se conhece o assunto a ser investigado, mais claramente se pode definir o objetivo de pesquisa”.

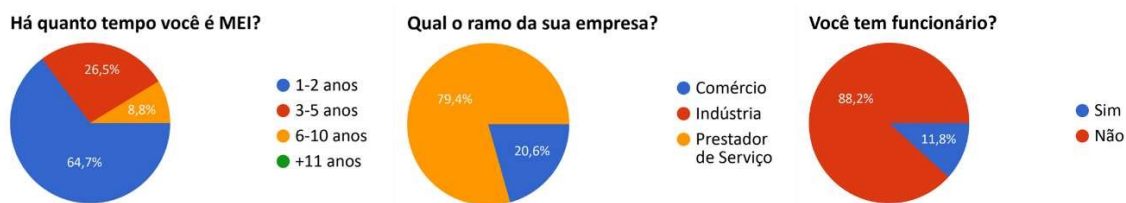
Em colaboração com o projeto de extensão promovido pelo Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), esta pesquisa visa compreender a relação dos contribuintes com o regime de Microempreendedor Individual (MEI). Para isso, desenvolvemos um formulário que foi aplicado aos participantes selecionados pelo NAF, cujo apoio foi fundamental para a coleta de dados. O questionário elaborado aborda questões relacionadas aos aspectos contábeis, financeiros e tributários do regime, buscando identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos microempreendedores individuais.

Sendo assim, esta pesquisa teve acesso a 34 formulários preenchidos no 1º semestre de 2024.

3 Resultados

3.1 Perfil respondente

Gráfico 1,2 e 3 – Perfil do Respondente



Fonte: Dados da Pesquisa

Em análise ao Perfil do Respondente, foram estudados 34 MEIs, revelando aspectos do microempreendedorismo atual. Observou-se que 64,7% têm entre 1 a 2 anos como MEI, 26,5% entre 3 a 5 anos, e 8,8% possuem mais de 6 anos. Esses dados sugerem um crescimento recente na formalização de pequenos negócios, com predominância de novos empreendedores.

Quanto ao ramo de atuação, 79,4% estão na prestação de serviços e 20,6% no comércio, sem representação na indústria. A predominância de serviços reflete as oportunidades e demandas do mercado local.

Em relação à força de trabalho, 88,2% dos MEIs operam de forma individual, sem

funcionários, e apenas 11,8% possuem empregados, possivelmente devido a limitações financeiras e operacionais.

Tabela 1 – Qual foi o motivo que te fez abrir a MEI?

Qual foi o motivo que te fez abrir a MEI?

- Trabalho
- Abertura de uma loja de variedades
- Para poder aceitar os vouchers de refeição
- Presto meus serviços de contabilidade para dois escritórios
- Uma porta que foi aberta
- Autonomia
- Fazia eventos uma empresa abriu pra mim sem eu saber, descobri depois de 3 anos, fiquei com uma dúvida que nem sabia e depois continuei usando porque sou Atriz, quando fazemos um trabalho desconta 38% da agência e quando e me desconta do 20% que e a taxa de agenciamento da agência que chamou ou seja com meu não pago nada
- Para ter um processo melhor para minha pessoa
- Questão de Trabalho
- Para que eu possa arrumar emprego mais fácil
- Melhorar o recebimento de pagamento
- Ampliar o número de clientes
- Mais dinheiro na mão sem desconto de ter registro
- Facilitar o andamento de crescimento da empresa
- Eu tive a oportunidade de ser o dono do meu próprio negócio então não quis mais saber do CLT eu mesmo pago as contribuições, consigo guardar a minha renda é tá tudo certo
- Presto serviços para algumas empresas e solicitavam emissão de NF
- Participar da ONG movimento POP Rua
- Abri para ter uma empresa
- Sou orientadora
- Prestação de serviços
- Abrir uma empresa/ter CNPJ
- Praticidade
- A empresa exigia funcionários PJ
- Facilitar negócios
- Comecei a empreender
- Emissão de NF e garantia de benefícios previdenciários
- Trabalho por ONG
- Impostos
- Pagar o INSS, aposentadoria futura
- Trabalho extra
- Trabalho
- Foi na finalidade de iniciar um pequeno comércio
- Trabalhar por conta

Fonte: Dados da Pesquisa

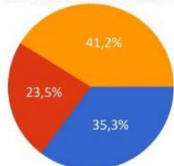
Quanto aos motivos que levaram os respondentes a se tornarem MEIs são variados, incluindo a abertura de lojas, prestação de serviços de contabilidade, recebimento de voucher de refeição, busca por autonomia, facilitação de pagamentos e emissão de notas fiscais. Também foram citados benefícios previdenciários, melhoria na gestão financeira e crescimento do negócio.

A análise do perfil dos respondentes mostra que a maioria são novos empreendedores no setor de serviços, atuando individualmente. Os dados refletem o recente crescimento na formalização de pequenos negócios, destacando as diversas motivações dos microempreendedores e oferecendo insights valiosos sobre suas necessidades e as oportunidades do mercado local.

4.2 BLOCO CONTÁBIL

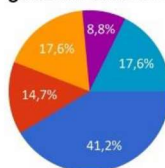
Gráfico 4 e 5 – Bloco Contábil

Com que frequência você precisa de assistência contábil profissional?



- Sempre busco ajuda do NAF
- Sempre busco ajuda pelo SEBRAE
- Não preciso, já entendo

Você utiliza algum software ou aplicativo para gerenciar suas finanças e obrigações contábeis?



- Não uso nenhum controle
- Sim, uso Excel
- Sim, faço anotações mesmo
- Sim, tenho um programa que baixei
- Sim, uso o APP do MEI
- Outro

Fonte: Dados da Pesquisa

A análise do Bloco Contábil revela práticas e necessidades na gestão financeira dos

microempreendedores. Dos 34 respondentes, 35,3% sempre buscam ajuda do NAF, 23,5% recorrem ao SEBRAE, e 41,2% gerenciam suas finanças por conta própria, indicando que a maioria ainda depende de suporte externo.

No que se refere ao uso de software ou aplicativos para gestão financeira, 41,2% não utilizam nenhum controle, apontando uma lacuna significativa. Entre os que usam algum método, 14,7% optam pelo Excel, 17,6% fazem anotações manuais, 8,8% usam o aplicativo do MEI e 17,6% utilizam outros programas. Isso mostra que, apesar de alguns adotarem ferramentas digitais, muitos ainda preferem métodos tradicionais ou não realizam controle formal, o que pode afetar a precisão da gestão financeira.

Gráfico 6,7 e 8 – Bloco Contábil



Fonte: Dados da Pesquisa41

A frequência com que os MEIs atualizam seus controles financeiros varia bastante. Dos respondentes, 38,2% nunca fizeram controle financeiro, 35,3% o fazem ocasionalmente, e apenas 26,5% atualizam regularmente. Considerando que a falta de controle financeiro pode comprometer a saúde do negócio e dificultar decisões estratégicas, isso é preocupante, tornando urgente o suporte e educação financeira para esses empreendedores.

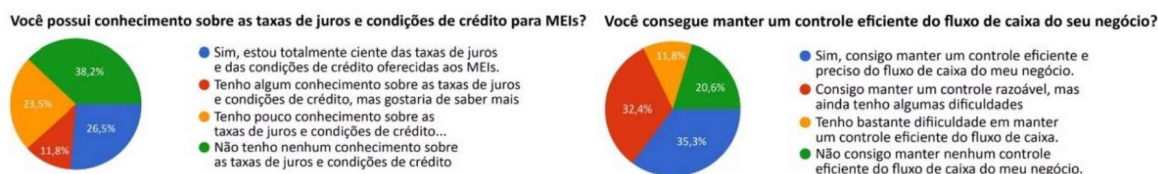
Quanto ao uso de serviços de contabilidade online, 73,5% dos respondentes nunca utilizaram, e 23,5% o fazem de vez em quando, possivelmente devido à falta de familiaridade com as ferramentas ou preferência por métodos tradicionais.

Em relação ao uso de relatórios para análise empresarial, 61,8% dos MEIs não utilizam nenhum tipo de relatório, 14,7% usam extratos bancários, 5,9% relatórios de máquinas de cartão, e 17,6% outros tipos de relatórios. A falta desses relatórios pode ocultar áreas de melhoria e afetar a performance do negócio.

Esses dados destacam a diversidade nas práticas contábeis dos MEIs e a necessidade de mais suporte e capacitação, incluindo o uso de ferramentas digitais e educação financeira, para fortalecer o crescimento dos microempreendedores.

4.3 BLOCO FINANCEIRO

Gráfico 9 e 10 – Bloco Financeiro



Fonte: Dados da Pesquisa

A análise do Bloco Financeiro revela que apenas 26,5% dos MEIs têm total conhecimento sobre as taxas de juros e condições de crédito disponíveis, enquanto 23,5% têm pouco conhecimento e 38,2% desconhecem essas informações. Essa falta de conhecimento pode limitar o acesso ao crédito e prejudicar decisões financeiras.

Em relação ao fluxo de caixa, 35,3% dos MEIs o mantêm de forma eficiente, mas 32,4% enfrentam dificuldades, e 20,6% têm bastante dificuldade na gestão do fluxo de caixa, destacando a gestão financeira como um desafio significativo para muitos.

Gráfico 11 e 12 – Bloco Financeiro



Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto à separação das finanças pessoais e empresariais, 44,1% dos MEIs conseguem fazer essa distinção, mas 17,6% ocasionalmente as misturam, 14,7% raramente o fazem, e 23,5% nunca separam essas finanças, o que pode complicar a gestão do negócio.

Em relação ao planejamento financeiro, 11,8% dos MEIs seguem rigorosamente um plano detalhado, 26,5% possuem um planejamento básico, mas não o seguem, 32,4% têm algumas ideias financeiras sem um planejamento formal, e 29,4% não têm nenhum planejamento, o que pode comprometer a sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Gráfico 13 – Bloco Financeiro

Você, como MEI, enfrenta problemas financeiros que o impedem de pagar suas obrigações em dia?



Fonte: Dados da Pesquisa

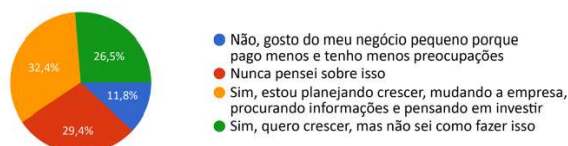
Em relação ao cumprimento de obrigações financeiras, 23,5% dos MEIs conseguem pagar suas contas em dia, 20,6% enfrentam dificuldades, e 55,9% relatam que isso acontece ocasionalmente, indicando que a inadimplência é um problema comum, afetando a continuidade dos negócios.

Os dados revelam que os MEIs enfrentam desafios na gestão financeira, desde o conhecimento limitado sobre crédito até a dificuldade em separar finanças pessoais das empresariais. O planejamento financeiro inadequado e as dificuldades no cumprimento das obrigações financeiras podem comprometer a estabilidade do negócio, destacando a importância de educação e apoio financeiro para a sobrevivência dos empreendimentos.

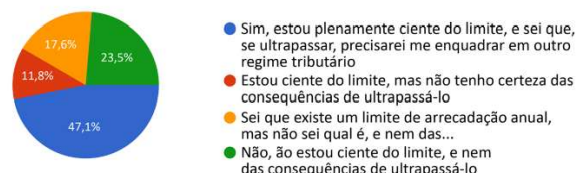
4.4 Bloco fiscal/tributário

Gráfico 14 e 15 – Bloco Fiscal/Tributário

Você quer que o seu negócio cresça?



Você está ciente do limite de arrecadação anual para MEI e das consequências de ultrapassar esse valor?



Fonte: Dados da Pesquisa

No Bloco Fiscal/Tributário, 26,5% dos MEIs querem crescer, mas enfrentam desafios, 32,4% buscam crescimento constante, 11,8% preferem manter seus negócios pequenos, e 29,4% nunca pensaram nisso, mostrando diferentes ambições entre os empreendedores.

Quanto ao conhecimento do limite de arrecadação anual, 47,1% dos entrevistados entendem as implicações fiscais, 11,8% sabem apenas da existência do limite, 23,5% desconhecem completamente, e 17,6% conhecem o limite, mas não suas consequências. Essa falta de conhecimento pode resultar em mudanças inesperadas no regime tributário e complicações financeiras.

Gráfico 16,17 e 18 – Bloco Fiscal/Tributário



Fonte: Dados da Pesquisa

O conhecimento sobre o pagamento mensal da DAS é bem estabelecido entre 61,8% dos MEIs, mas 35,3% só souberam dessa obrigação após abrir a empresa, mostrando a falta de informações essenciais antes do início dos negócios.

Em relação à regularidade da DAS, 79,4% dos entrevistados estão em dia, o que é positivo, embora 14,7% ainda enfrentem dificuldades, o que pode gerar complicações futuras.

A necessidade de envio anual da DAS-SIMEI é conhecida por 32,4% dos MEIs antes da abertura do negócio, enquanto 41,2% souberam depois, e 26,5% desconhecem essa exigência, indicando a necessidade de ações informativas mais eficazes.

Gráfico 19 e 20 – Bloco Fiscal/Tributário



Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao envio da DAS-SIMEI, 55,9% dos MEIs estão em dia, enquanto 32,4% não sabem responder por desconhecerem como consultar, e 11,8% não estão em dia por não saberem como enviar, destacando a falta de conhecimento entre alguns empreendedores.

A emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NFSe) pelo gov.br é feita por 55,9% dos MEIs, mas 23,5% nunca emitiram e desconhecem essa possibilidade, e 11,8% não emitiram por dúvidas sobre o processo.

Embora muitos entrevistados estejam em conformidade com suas obrigações, uma parte significativa ainda enfrenta dificuldades por falta de informações, o que pode gerar problemas financeiros. Reforçar a informação é essencial para garantir que todos os MEIs cumpram suas obrigações fiscais e possam expandir suas atividades de forma sustentável.

Considerações finais

Este estudo, conduzido com Microempreendedores Individuais (MEIs) que recebem suporte do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), revelou obstáculos significativos enfrentados por esses contribuintes, embora o regime MEI ofereça vantagens importantes como a simplificação de tributos e a formalização com baixo custo. Entre os principais desafios identificados estão a falta de entendimento das obrigações fiscais, dificuldades na interpretação das normas legais e a carência de orientação técnica adequada, fatores que podem comprometer a permanência dos MEIs no sistema formal e restringir o progresso e a estabilidade desses pequenos negócios.

A partir dos resultados obtidos, percebe-se que, apesar do avanço representado pela criação do regime MEI, ainda há um descompasso entre a proposta de simplificação e a realidade vivenciada por muitos empreendedores. Isso revela a necessidade de um olhar mais atento por parte do poder público e das instituições de apoio, com ações efetivas de orientação, capacitação e acompanhamento contínuo. É essencial que políticas públicas voltadas ao empreendedorismo considerem não apenas a criação de mecanismos simplificados, mas também o suporte necessário para sua plena compreensão e aplicação no cotidiano empresarial.

Nesse contexto, o fortalecimento dos programas de educação fiscal, em especial aqueles voltados à linguagem acessível e à prática cotidiana dos MEIs, mostra-se fundamental. Da mesma forma, ampliar e consolidar as parcerias entre instituições públicas, como a Receita Federal, e entidades que promovem o empreendedorismo, como o SEBRAE e os NAFs universitários, pode ser um caminho promissor para promover maior inclusão produtiva e equidade no acesso à informação tributária. Assim, será possível construir um ambiente mais favorável ao desenvolvimento sustentável das microempresas brasileiras, reconhecendo o papel estratégico que os MEIs desempenham na economia e na geração de emprego e renda no país.

Referências

PINTO, Karine Aparecida. *Vantagens e desvantagens em ser microempreendedor individual (MEI)*. 2023. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – UFU, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/38134/1/VantagensEDesvantagens.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

DORNELAS, José. *Empreendedorismo, transformando ideias em negócios*. 8. ed. [S.l.]: Ed. Empreende, 2021. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786587052083>. Acesso em: 21 maio. 2024.

FARAHUN, Antonio Marcos. *Os desafios enfrentados pelo microempreendedor individual*. São Paulo: Fatec, [2010?]. <https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/7388/1/ARTIGO%20-%20Antonio%20Marcos%20Farahun%20e%20Lucilia%20de%20Souza%20Rabelo%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2025.

APOLINÁRIO, Fabio. *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466153/>. Acesso em: 21 maio. 2024.

RAMOS, Albenides. *Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento*. São Paulo: Grupo GEN, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522465989/>. Acesso em: 21 maio. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Grupo GEN, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 21 maio. 2024.

DIAS, Sérgio R.; BUSSAB, Wilton O. *Pesquisa de Mercado*. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502135185/>. Acesso em: 21 maio. 2024.

NÚCLEO de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/naf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MEI — REDESIM. Disponível em: <https://antigo.redesim.gov.br/servicos/constitua-sua-pj/conheca-os-tipos-de-pessoa-juridica/mei>. Acesso em: 28 ago. 2024.

GUIA do Portal do Empreendedor MEI: o que você precisa saber! Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/blog-pme/guia-do-portal-do-empreendedor-mei/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SEBRAE. *MEI representa a importância do microempreendedor no cenário político*. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mei-representa-a-importancia-do-microempreendedor-no-cenario-politico,f5e2b51d50614810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. [S.l.]: Grupo GEN, 2016. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 21 maio 2024.

SALES, Tiago M.; GOMES, Marlison, V.; CALUETE, Taynara P.F. *Os desafios enfrentados pelos microempreendedores individuais (MEI's) durante a pandemia: uma revisão bibliográfica*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em administração) - Recife, Centro Universitário Brasileiro, 022. Disponível em: <https://www.grupounibra.com/repositorio/ADMIN/2022/os-desafios-enfrentados-pelos-microempreendedores-individuais-meis-durante-a-pandemia-uma-revisao-bibliografica79.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2025.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; CIFUENTES, Ricardo. *Microempreendedor individual (MEI): evolução da legislação, revisão da literatura e temas para o debate*. [S.l.: s.n.]. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13021/1/TD_2971_web.pdf. Acesso em: 28 maio. 2025.

RIBEIRO, Kenia de L. *A Informalidade e a Lei do Microempreendedor Individual sob a ótica dos microempreendedores informais: o sentido da escolha*. Montes Claros: Unimontes, 2017.